



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAÇARIGUAMA

ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 02, DE 2015-L.

Altera a Lei nº 348, de 30 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Câmara Municipal, e dá providências correlatas.

C.M. ARAÇARIGUAMA - SP
PROTOCOLO Nº 028.
EM: 24/02/15: 11:08 HORAS
ASS.: [Assinatura]

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAÇARIGUAMA decreta:

Art. 1º. A Lei nº 348, de 30 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Câmara Municipal, com suas modificações posteriores, passa vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º. [...]

[...]

V. Departamento Parlamentar. (NR)

[...]

Art. 4º-A. Ao Departamento Parlamentar, subordinado à Secretaria Geral, compete planejar, coordenar, orientar e executar as atividades ligadas diretamente à área parlamentar. (NR)



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAÇARIÇUAMA

ESTADO DE SÃO PAULO

[...]

Art. 6º-A. Ao Diretor do Departamento Parlamentar compete: (NR)

I. prestar assessoramento ao Presidente e ao Secretário Geral na condução dos trabalhos no Plenário; (NR)

II. organizar a Ordem do Dia a ser anunciada pelo Presidente, segundo suas instruções; (NR)

III. realizar, por determinação do Presidente, os estudos necessários à solução de questões de ordem, valendo-se de assessoria jurídica; (NR)

IV. prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Mesa ou pelos Vereadores, relativos à aplicação do Regimento Interno e ao andamento das proposições; (NR)

V. determinar a publicação de atos e demais matérias relacionadas com as atividades legislativa e parlamentar; (NR)

VI. apresentar relatório dos trabalhos do Departamento; (NR)

VII. executar outras atribuições afins. (NR)

Art. 2º. Fica criado um 1 (um) cargo, de provimento em comissão, de Diretor de Departamento Parlamentar, referência "24".

Parágrafo único. O cargo criado por este artigo está sujeito a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, sendo requisito para o seu provimento o ensino médio completo.

Art. 3º. A Secretaria Geral deverá promover as alterações necessárias e decorrentes desta Lei no Quadro Geral de Servidores da Câmara Municipal.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal, suplementadas se necessário.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARACATIGUAMA

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por objetivo alterar a Lei nº 348, de 30 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Câmara Municipal, e dá providências correlatas.

Em síntese, pretende-se criar uma unidade administrativa, vinculada à Secretaria Geral, com competência específica para tratar dos assuntos da área parlamentar. Com isso, espera-se maior eficiência e produtividade no âmbito desta Casa, em especial no que concerne à sua atividade-fim.

Diante de todo o exposto, esperamos contar com o apoio de nossos ilustres pares para a rápida aprovação do projeto em tela.

Sala das Sessões, em 24 de fevereiro de 2015.


Leandro Amaro de Andrade
Presidente


José Fernandes da Costa
Vice-Presidente


Moacyr de Godoy
1º Secretário


Paulo Henrique Sanches Volcov
2º Secretário